

## **O gigante acordou(?): tempo presente, cultura histórica e didática da história**

Felipe Bronoski Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante o mês de junho de 2013 eclodiu no Brasil uma série de manifestações públicas que ganharam as ruas de várias cidades. Apesar de aparente unidade, o movimento ficou caracterizado pelas bandeiras e reivindicações heterogêneas e não raramente contraditórias. A utilização do passado como legitimação política, social e identitária permeou, em medida, as mesmas pluralidades e abrangências como instrumento de orientação dos sujeitos que se viam naquele momento “fazendo história”. Como tarefa analítica do tempo presente, torna-se fundamental verificar os discursos emitidos através de jornais, redes sociais, cartazes, vídeos; sobre os acontecimentos do período e a construção da representação pública das “Manifestações de Junho” como algo que pretensamente “histórico”. A análise desses discursos e representações revela aspectos constitutivos e predominantes da cultura histórica em questão. Para tal, utiliza-se do conceito da didática da história como disciplina intrínseca da ciência da história e sua função de verificação e orientação do conhecimento histórico utilizado publicamente para diversos fins.

**Palavras-chave:** Manifestações de Junho, Cultura Histórica, Didática da História

Todas as situações que são alavancadas nesse trabalho surgiram do fazer prático em história, da relação direta entre o ensino de história e construção de saberes capazes de interpretar e agir nas tramas coletivas que estamos inseridos. O(a) professor(a) de história é esse sujeito que carrega simbolicamente a autoridade de falar com propriedade das relações das sociedades no tempo: comenta sobre as relações de trabalho no início da civilização mesopotâmica com a mesma segurança e solidez que discorre sobre a corrida espacial durante a Guerra Fria. O professor de história, esse navegante do tempo, parece desbravar o passado mesmo nas grandes tempestades que atordoam nossas convicções.

Não raramente essa autoridade de conhecedor do passado perante colegas de profissão de outros campos do conhecimento e alunos, é requisitada em assuntos misteriosos sobre o passado que os outros marujos anseiam conhecer: “Professor, a guilhotina foi mesmo uma invenção francesa? [...] Professor, é verdade que a União Soviética foi mais importante que os EUA na tomada de Berlim durante a Segunda Guerra?” Isso sem falar nas perguntas que colocam à história no campo das hipóteses que aparentemente mudariam o destino das civilizações: “Professor, e se O Brasil não fosse colonizado pelos Portugueses?”. O professor de história exerce uma autoridade não só de conhecedor do passado, mas também de profeta desse passado, esperam desse profissional a capacidade profética de remontar subitamente

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professor de História no ensino básico. E-mail: faonet1910@yahoo.com.br.

possibilidades de histórias imagéticas por mais excêntricas que essas possam parecer. Afinal de contas, não é ele o mestre do tempo? Mas será que ele tem a mesma autoridade quando requisitado a responder os problemas do presente?

Durante o mês de junho de 2013 eclodiu no Brasil uma onda de manifestações públicas em várias cidades do país. Os eventos que tiveram como epicentro as numerosas jornadas em São Paulo que exigiam a redução do valor da passagem do transporte coletivo na capital paulista foram fundamentais para que novas pautas e bandeiras fossem levadas às ruas durante aquele período. Lembro-me bem de uma noite em que preparava um roteiro da aula que daria no dia seguinte, *zapeando* alguns canais televisivos (desses que acabam após o nome da emissora com o termo “News”) vi pelo menos em quatro deles, às ruas próximas à Avenida Paulista com cenas de intensos conflitos entre os cidadãos e a Polícia Militar de São Paulo. A cobertura *in loco* das emissoras de televisão logo rendiam comentários nas redes sociais, opiniões e juízos sobre a legitimidade e táticas das manifestações. Semanas depois, as manifestações públicas já não eram caracterizadas apenas pela discussão da tarifa do transporte coletivo<sup>2</sup> e as “bandeiras de luta” foram ampliadas de forma considerável: Movimentos contra a corrupção (por mais genérico que isso possa parecer); redução da carga tributária no país, mobilidade urbana, direito à moradia, contra todos os políticos, pela intervenção dos militares na política, contra o Estado, por mais patriotismo, contra os gastos na Copa do Mundo, contra o PT e o comunismo no Brasil, por mais direitos, saúde, educação, anarquismo, patriotismo, PEC 37... Contra tudo.<sup>3</sup>

Não pretendo aqui estabelecer critérios unificadores e de coesão daquilo que parece ter se consolidado como “Manifestações de Junho”. Parece que além de uma diversidade perceptível, os atos públicos aparentemente eram campos de disputa muitas vezes entre posições políticas contraditórias e que se apresentavam publicamente como unificados, ou pelo menos o olhar de quem percebia as manifestações, tendia a entender àquilo como um ato em favor às mesmas coisas. A cobertura das mídias mais convencionais sobre os eventos que ganhavam às ruas também induziu olhares de acordo com interesses do jogo do poder que a imprensa e as corporações da comunicação estão obviamente inseridas, entre a exaltação da

---

<sup>2</sup> “Não é somente pelos 20 centavos” – Um slogan que foi utilizado que evidenciava que todos os eventos gerados não tinham como objetivo apenas às questões referentes ao transporte em São Paulo.

<sup>3</sup> Para utilizar o termo que a Folha de São Paulo estampou na capa do seu jornal impresso no dia 18 de junho de 2013.

participação pública e a criminalização dos movimentos sociais a divisa da qual a informação era construída e publicada parecia muito frágil e efêmera (FONSECA, 2013).

Nesse cenário confuso de identidades sociais e políticas e de uma infinidade de informações e opiniões emitidas sobre as manifestações, a pergunta de um aluno para esse professor de história foi disparada: “Professor, o que está acontecendo no país?”. Era óbvio que os alunos (nesse caso de 15 e 16 anos) assistiam na TV, liam na internet, nas revistas, em casa... Várias interpretações e conclusões sobre as características de um momento diferente, pelo menos pra eles. Seria o professor de história capaz de fornecer alguma explicação minimamente convincente sobre tudo aquilo que acontecia no Brasil? Ora, quem fala com propriedade dos problemas do Egito Antigo ou do Brasil imperial provavelmente poderia fornecer também uma análise do tempo presente.

Essa esperança de que a própria história, representada ali pelo professor de história, pudesse ajudar a compreender as manifestações pode ser compreendida na perspectiva da dinâmica da consciência histórica como forma de orientação cultural à vida de acordo com a percepção da passagem do tempo. A consciência histórica não é o que se sabe sobre conteúdo programático, sobre as disciplinas e currículos da história escolar, a consciência histórica é a articulação que os indivíduos constroem e que coloca o próprio tempo em perspectiva de mudança e permanência, atua na resolução de problemas e tomadas de decisões na vida prática. Para Jörn Rüsen “a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação em situações reais da vida presente: tem como função ajudar-nos a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente” (RÜSEN, 2010: 56). A consciência histórica articula as variáveis experimentadas e representadas temporalmente para fornecer, tal com uma bússola, um sentido mínimo que ajude os sujeitos a tomarem suas decisões levando em consideração a própria experiência no tempo, não só vividas mas também conhecidas.

Dentre todas as formas de orientação necessárias à vida coletiva, aquela que relaciona diretamente a ação de transformação humana no decorrer do tempo, permite situar-nos culturalmente, socialmente e politicamente; constituir o que somos e o que não somos. O mundo que nos cerca tem história e nossa identidade individual é mediada num jogo de tensões e acordos entre o próprio sujeito e o coletivo

Mais importante ainda é o facto de, em todas as formas de conhecimento, fundamentarmos sempre as nossas experiências particulares num contexto anterior para garantirmos que são de todo inteligíveis, e que, antes de qualquer experiência isolada, a nossa mente se encontra já predisposta com uma estrutura de contornos, de formas conhecidas de objectos já experimentados. (CONNERTON, 1999: 7).

Parece que o especificamente “histórico” joga um papel relevante no conjunto de conhecimentos capazes de produzir sentidos e gerar motivações para a intervenção individual no mundo coletivo, cujo campo da história como conhecimento específico participa de acordo com as circunstâncias em coexistência com a memória e as subjetividades humanas. Essa foi talvez a expectativa gerada pelo aluno na sua pergunta ao professor, sobre a capacidade da história como um conhecimento escolar, para explicar racionalmente as características do famigerado “junho de 2013”. O que posso dizer é que esse professor (eu) deixou pra outra hora a aula sobre a economia do café no século XIX para fazer um debate sobre a cobertura das empresas de comunicação diante as manifestações.

### ***O uso social do passado e o “despertar” do gigante***

Por mais claro que possa parecer que a consciência histórica não é um recipiente de conteúdo histórico, cabe a importante ressalva da validade do conhecimento histórico produzido de acordo com as características do trabalho e ofício do historiador. Qual a função da história (seja ela pautada nos mais recentes paradigmas da historiografia e teoria da historia como também nas apropriações de disciplina escolar) se não postular a capacidade de orientar melhor a vida e fornecer explicações minimamente convincentes sobre a ação do “eu” e do “todo” no tempo? A obviedade da pergunta parece se perder quando, não raramente, o círculo de profissionais encarregados da tarefa de construir narrativas sobre a ação humana no tempo renegam questões da aprendizagem histórica em planos de menor importância ou para preocupações externas à própria ciência histórica.

A proposta de “didática da história” como disciplina preocupada com os processos da aprendizagem histórica e que tem por interesse as dinâmicas da consciência histórica, auxilia-nos como tarefa fundamental a ser realizada pelo historiador: os usos sociais da história são, nitidamente, de nosso interesse.

A Didática da História é indispensável para a Ciência Histórica exatamente por causa do fato de ela indagar sobre e problematizar este significado e,

destarte, se opor ao perigo de a Ciência Histórica se isolar das necessidades legítimas de uma orientação histórica daquela sociedade que, em última análise, a sustenta. (BERGMANN, 1990: 34)

Essa capacidade construída através do núcleo básico de preocupação da didática da história contribui na construção de olhares convergentes sobre os usos do passado em relação ao próprio presente, principalmente na edificação de identidades sociais e políticas. A didática da história parece tomar pra si a legítima tarefa de estabelecer uma conexão intrínseca entre a ciência histórica e seus critérios e estatutos internos, ou seja, a própria historiografia e a escrita da história; com as demandas públicas de orientação que tomam e se utilizam de conhecimento sobre o passado como uma das arestas estruturantes para se orientar e agir no mundo: “A Didática da História indaga sobre o significado da História na formação geral e na práxis social” (BERGMANN, 1990: 34). De todas as possibilidades de orientação da vida, parece mais do que legítimo que nós, historiadores, estejamos atentos aos usos do passado publicamente. Em suma, parece que a didática da história presta um serviço de auxílio também na orientação do nosso próprio fazer profissional diante a potencialidade que ciência histórica possui como ferramenta de ler e compreender a realidade. A didática da história está preocupada com os usos públicos da história, com as formas e maneiras que o especificamente histórico pode ser utilizado na vida prática.

O olhar voltado ao tempo presente se consolida cada vez mais no campo da história. O ranço teórico e metodológico que afastou durante muito tempo as preocupações do historiador dos problemas do imediato, já não assombram essa importante e necessária tarefa nas pesquisas e trabalhos. A definição de história do tempo presente, ou recente, ou imediato (aqui são várias as nomenclaturas); não adquire esse adjetivo por critérios duros sobre a cronologia dos acontecimentos. O tempo presente nasce da necessidade de explicações e inquietações sobre o passado que permanecem ainda muito vivas e compartilhadas. Nas palavras de FRANCO e LEVÍN “Se trata, en suma, de un pasado "actual" o, más bien, de un pasado en permanente proceso de "actualización" y que, por tanto, interviene en las proyecciones a futuro elaboradas por sujetos y comunidades”. (FRANCO; LEVÍN: 32).

Um levante bibliográfico sem muitas preocupações qualitativas e classificatórias indicam a quantidade de publicações que possuem as manifestações de junho de 2013 como tema central da abordagem<sup>4</sup>. Às vésperas das eleições de cargos públicos para deputados,

---

<sup>4</sup> A rápida resposta do mercado editorial ao contexto vivido no Brasil depois de junho de 2013 foi perceptível nas estantes das livrarias pelo país. Com novas mídias mais popularizadas a exemplo do e-book, a rapidez de

senadores, governadores e também presidente, tornou-se comum marqueteiros políticos utilizarem de imagens das manifestações nas grandes cidades em suas propagandas, quase sempre vinculadas com a ideia de se transmitir força popular e desejo de transformação e mudança. As manifestações de junho de 2013 vivem ainda em 2014, se não como força nas ruas, mas como sombra de um momento temporal e social marcante.

Um dos slogans propagados pelas redes sociais e que logo se transformou em frase recorrente nos cartazes que ganhavam às ruas das cidades era: “O Gigante Acordou”, referindo-se ao poder da sociedade nas ruas, materializando-se na figura do “Gigante” que agora caminha depois de um sono profundo. A figura do gigante como analogia à força da população, mesmo que motivada por interesses distintos é de fácil compreensão, mas a ideia dele estar acordando parece levantar hipóteses divergentes sobre alguns aspectos fundamentais da cultura histórica dos movimentos de junho partindo da ideia de “história” como algo relacionado ao grande evento. Qual seria a última vez que o “Gigante” perambulou pelas ruas das cidades? No movimento das Diretas Já em meados dos anos 80? Nos “Caras Pintadas”? Na eleição de um sociólogo e depois de um operário para o cargo de presidente do país? Nas greves petroleiras dos anos 90? Na luta de trabalhadores rurais pela reforma agrária? Apenas para ficar em exemplos mais ligados à política.

Teríamos provavelmente uma variedade imensa de respostas sobre os regimes de historicidade, da transformação do passado significado como memória agora em história. As perguntas acima ainda devem ser levadas em consideração uma vez que a identidade do nosso “Leviatã pós-moderno” depende de como ele se vê e se interpreta historicamente. Foram muitos os casos de apelo aos marcos mais tradicionais da participação popular pública na história política recente do país como argumento de auxílio aos sujeitos em organizar sua própria vida pessoal para poder participar do ato com a sua indignação, angustia problemas... A concepção de estar “fazendo história” através da participação ativa nos protestos de rua também reforça a ideia de um regime de historicidade que atribui a qualidade de “histórico”

---

publicações que tentavam explicar por diferentes pontos de vista as intensões do movimento foi uma característica importante para esboçar aspectos do contexto. Recomendo a leitura da reportagem “Manifestações geram onda de publicações instantâneas no Brasil”. Disponível em: <<http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/arte-e-livros/2013/08/06/not, 144980/manifestacoes-geram-onda-de-livros-instantaneos-no-brasil.shtml>> acessado em 20 de julho de 2014.

ao grande evento: do efêmero, das coisas aparentemente banais do cotidiano, ao processo consciente de “estar fazendo história”<sup>5</sup>.

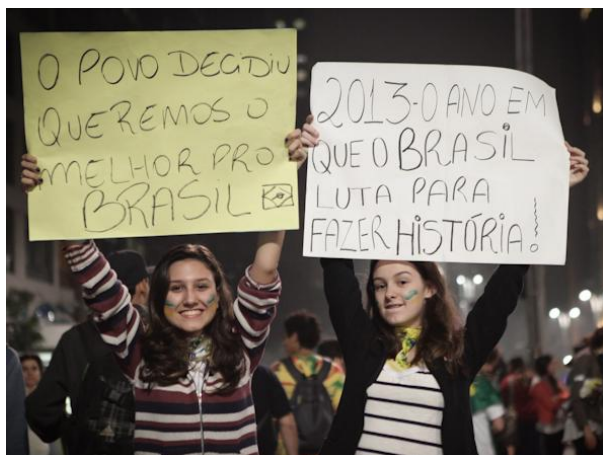


Figura 1 – “Fazer História”.

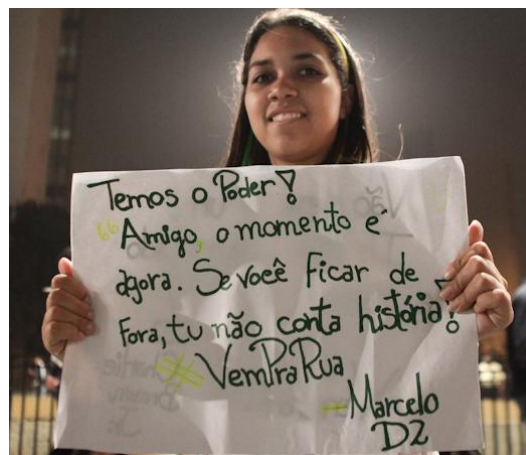


Figura 2 – “Se você ficar de fora, tu não conta história”.<sup>6</sup>

A possibilidade de “fazer história” foi utilizada como justificativa e legitimação para ordenar a prática de acordo com aquilo que o jogo moral achou e julgou correto e justo. A ideia de “fazer história” está intimamente ligada à percepção de mudança. Cabe lembrar novamente que não quero propor um quadro mais aprofundado sobre as intenções e motivações de forças sociais e políticas que obviamente também atuaram nas manifestações, mas sim evidenciar a utilização do adjetivo “histórico” como tentativa de constituir sentidos em algumas situações para os sujeitos que se dispunham a participar dos atos públicos e ocupar as ruas das cidades. Não somente coloca o passado como legitimação, mas evoca a qualidade “histórica” para responder às necessidades de orientação e prática do presente.

A construção das manifestações de junho no imaginário social do banal ao histórico parece também ter apoiado publicações das revistas de grande circulação. Algumas delas chegaram inclusive a publicar edições especiais, não ordinárias, trazendo ao público análises e referências sobre as pautas dos movimentos de junho. O jogo aqui é de mão dupla, elas atendem necessidades sociais e recriam essas mesmas necessidades, pois emitem representações e discursos reforçando o caráter excepcional dos eventos de junho.

---

<sup>6</sup> As imagens utilizadas foram retiradas de uma sessão especial criada pelo portal Globo.com chamada “Cartazes das Manifestações” <<http://globo.com/brasil/cartazes-das-manifestacoes>> - Acessado em 20 de julho de 2014.



Figura 3 – Os sete dias que mudaram o Brasil<sup>7</sup>



Figura 4 – A maior revolta popular da história da democracia brasileira<sup>8</sup>

A composição do contexto social ainda mais reforçada pelos discursos produzidos pela mídia mais convencional e comercial ajudou a consolidar um espaço especial às manifestações de junho na memória compartilhada recente, mesmo não existindo consensos políticos entre os setores sociais que participavam ativamente dos atos. Se fosse possível afirmar um elemento comum das manifestações, foi talvez justamente a perspectiva de mudança e transformação social, independente do embasamento da qual essa mesma mudança fosse ancorada. A necessidade do futuro ser diferente da realidade que essas pessoas experimentam sustenta, em medida, uma interpretação do tempo que exige transformação da própria realidade, não por acaso os discursos emitidos pelos agentes da mesma mudança reivindicam aos acontecimentos a condição histórica. Nesses casos que trouxemos até aqui, não se trata puramente de motivações políticas, por mais que essas sejam também embasadas na articulação e expectativas de tempo; mas sim de utilizações pertencentes ao campo específico da história como argumento social, produzida por diferentes critérios que fogem, obviamente, da própria historiografia e regimes e critérios da academia.

é preciso dizer que essas distinções entre uma História de viés acadêmico, uma história de circulação massiva e uma história escolar não implicam uma hierarquização entre esses discursos em termos de qualidade ou veracidade do que é produzido, mas indicam a existência de regimes diferentes de produção do passado. (ROCHA, 2009: 16).

<sup>7</sup> Revista VEJA – Editora Abril: publicada em 24 de junho de 2013.

<sup>8</sup> Revista ÉPOCA – Editora GLOBO: publicada em 24 de junho de 2013.



Cultura histórica pode ser compreendida como o uso prático da história de acordo com os engendramentos entre diferentes interesses e modalidades de se atribuir não só historicidade para os eventos, mas também aos usos das representações desse conhecimento. “cultura histórica articula sistematicamente o aspecto cognitivo da elaboração da memória histórica, cultivado pela ciência, com o aspecto político e estético dessa mesma elaboração.” (RÜSEN, 2010: 122). A cultura histórica é construída coletivamente como um consenso mínimo de coesão do passado experimentado de um grupo. Ao mesmo tempo a cultura histórica significa e influencia ativamente a própria consciência histórica dos sujeitos que pertencem ao grupo através do aprendizado histórico nessa mediação entre discursos e práticas.



O passado não é simplesmente visitado, ele é rememorado através das representações que são construídas socialmente sobre o tempo. Os “Caras Pintadas” que convencionalmente foram protagonistas na derrubada do então presidente Fernando Collor no início da década de 90, servem de exemplo no presente como forma de participação política ativa e são projetados horizontes de expectativas a partir da própria ação. Interpreta-se a representação construída sobre uma temporalidade que já está “carimbada” com o passaporte valioso de “geração histórica”, orienta e torna legítima a prática presente já criando uma possibilidade de futuro palpável e construído através da percepção da mudança no tempo.

Vive-se um “momento histórico” basicamente por tabela, pela força da memória e da tradição que um contexto exerce nas memórias socialmente partilhadas no tempo e no processo de comunicação entre gerações conforme afirma Michael Pollak: “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um

fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992: 2).

### ***Palavras finais: o nosso interesse e contribuição***

Tentei explicitar aqui três preocupações básicas que me parecem serem primordialmente necessárias ao nosso ofício historiador: 1ª) Os usos sociais da história como saberes ativos na constituição de sentidos à prática dos sujeitos e comunidades, através de diferentes formas de percepção de interpretação do tempo. Os critérios e regimes de historicidade, sejam eles aqueles mais conectados aos atuais paradigmas da ciência histórica ou aqueles que comumente atribuímos o adjetivo de “tradicionais” possuem funções semelhantes na construção de sentidos do agir. 2ª) A pergunta clássica feita por Agnes Chauveau “há uma responsabilidade do historiador em seu papel cada vez mais valorizado de comentarista do presente ou do imediato? (CHAUVEAU, 1999: 7) Não só há uma responsabilidade da nossa profissão como comentarista do presente, como acredito ser mais do que necessária a tarefa do historiador perante o que acontece no imediato, principalmente quando o imediato escancara socialmente operações que colocam a história como algum tipo de argumento de afirmação e negação de práticas e posições políticas. A didática da história me parece rumar nesse sentido de dialogo entre as preocupações da teoria da história, da historiografia... e da vida. É da vida que surgem as carências de orientação temporal, do mundo real, das disputas de poder, dos choques entre culturas, dos sofrimentos e alegrias. 3ª) Somente tentando entender minimamente as relações “do agora” que são experimentadas nesse tempo que vivemos é que se torna possível construir orientações temporais mais complexas. A história como campo do conhecimento específico tem função, tal como o aluno perguntara ao professor esperando que esse ajudasse-o a responder um dilema que tinha no momento. Tratando de compromissos éticos relativos ao ensino de história, essa função de tentar construir instrumentos que possibilitem a melhor interpretação da realidade não me parece pouca coisa, pelo contrário, mostra-se como uma responsabilidade também humanista.

## **Referências**

BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.9, n.19, p.29-42. 1990.

CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do tempo presente*. In: CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. **Questões para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

CONNERTON, Paul. **Como as sociedades recordam**. Lisboa: Celta Editora, 1999.

FONSECA, Daniel. Não dá pra não ver: As mídias nas manifestações de junho de 2013. **Fundação Friedrich Ebert**. São Paulo, p.1-30, 2013.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: FRANCO, M; LEVÍN, F. **História reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RÜSEN, Jörn. ¿Que és la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: FÜSSMANN, K; GRÜTTER, H. T; RÜSEN, Jörn. **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**. Tradução: COSTA, F. Sánchez; SCHUMACHER, Ib. p.3-26. 1994.

RÜSEN, Jörn. **História Viva - Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UnB, 2010.